

Implementação e Resultados do Projeto Piloto de Permanência Estudantil Indígena e Quilombola na UFT: um Relato de Experiência

Implementation and Results of the Pilot Project for Indigenous and Quilombola Student Permanence at UFT: An Experience Report

Implementación y Resultados del Proyecto Piloto de Permanencia Estudiantil Indígena y Quilombola en la UFT: Un Relato de Experiencia

Etiene Fabbrin Pires Oliveira¹
Universidade Federal do Tocantins

Laranna Prestes Catalão²
Universidade Federal do Tocantins

Resumo: No ano de 2023, o câmpus de Porto Nacional da Universidade Federal do Tocantins (UFT), de forma pioneira, idealizou e executou um projeto piloto de acolhimento e permanência de estudantes indígenas e quilombolas na universidade. A ação teve por objetivo realizar ações de acolhimento, integração, permanência e integralização, a partir de programas instituídos pela UFT, como os elencados nas Resoluções Consuni nº 26/2017 e nº 48/2021, que visam atender aos estudantes público-alvo do projeto de forma equitativa. As ações foram desenvolvidas pela Direção do Câmpus e suas subunidades, como a Coordenação Acadêmica (Cordac), a Divisão de Estágio e Assistência Estudantil (Diest), Setor de Transporte (Setran), Programa de Educação Tutorial (PET Indígena) e ainda, as Pró-Reitorias de Assistência Estudantil (Proest), Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários (Proex) e Graduação (Prograd). Além de parcerias externas, como lideranças indígenas e quilombolas, da Diretoria Regional de Ensino (DRE) de Porto Nacional; da Fundação Municipal da Juventude de Porto Nacional; e da Coordenação Local da Fundação Nacional do Índio (Funai) de Tocantínia. Neste artigo, apresentamos um relato de experiência, por meio da análise dos indicadores propostos de algumas das ações, dentre as sete dimensões de sua atuação: acolhimento, moradia, alimentação, transporte, inclusão social, apoio psicossocial e apoio pedagógico. O Projeto Piloto obteve sucesso nas ações iniciais, como orientação, moradia e alimentação. Para futuras edições, visa ampliar o acolhimento, melhorar o fluxo de informações e recursos, e aumentar o envolvimento da comunidade acadêmica do câmpus para garantir continuidade e sucesso.

Palavras-chave: Assistência Estudantil; Permanência no Ensino Superior; Povos Indígenas; Comunidades Quilombolas; Políticas Públicas.

Abstract: In 2023, the Porto Nacional campus of the Federal University of Tocantins (UFT), in a pioneering way, designed and executed a pilot project for the reception and permanence of Indigenous and Quilombola students in the university. The action aimed to welcome, integrate, and foster permanence and scholarships and other pays based on programs established by the UFT, such as those listed in Consuni Resolutions No. 26/2017 and No. 48/2021, to serve students who are the project's target audience in an equitable way. The actions were developed by the campus management and its subunits,

¹ Doutorado em Ciências. Universidade Federal do Tocantins, Câmpus de Porto Nacional (UFT), Porto Nacional, TO, Brasil. E-mail: etienefabbrin@uft.edu.br; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8604440445209457>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6062-8014>.

² Mestrado em Serviço Social. Universidade Federal do Tocantins, Câmpus de Porto Nacional (UFT), Porto Nacional, TO, Brasil. E-mail: laranna@uft.edu.br; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0547759213681044>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3256-2820>.

such as the Academic Coordination (Cordac), the Internship and Student Assistance Division (Diest), Transport Sector (Setran), Tutorial Education Program (Indigenous PET) and the Pro -Rectories of Student Assistance (Proest), Extension, Culture and Community Affairs (Proex) and Graduation (Prograd), together with external partnerships, such as Indigenous and Quilombola leaders from the Regional Education Directorate (DRE) of Porto Nacional; the Municipal Youth Foundation of Porto Nacional; and the Local Coordination of the National Indigenous Foundation (Funai) of Tocantínia. In this article, we present an experience report, analyzing the proposed indicators of some of the actions among the seven dimensions of its action: reception, housing, food, transportation, social inclusion, and psychosocial and pedagogical support. The pilot project was successful in initial actions, such as guidance, housing and food. For future editions, it aims to expand reception, improve information and resource flow, and increase the campus academic community's participation to ensure continuity and success.

Keywords: Student Assistance; Permanence in Higher Education; Indigenous Peoples; Quilombola Communities; Public Policies.

Resumen: En 2023, el campus Porto Nacional de la Universidad Federal de Tocantins (UFT), de forma pionera, diseñó y ejecutó un proyecto piloto de acogida y permanencia de estudiantes indígenas y quilombolas. La acción tuvo como objetivo realizar acciones de acogida, integración, permanencia y pago, basadas en programas establecidos por la UFT, como los enumerados en las Resoluciones Consuni N° 26/2017 y N° 48/2021, que tienen como objetivo atender a los estudiantes que son público objetivo del proyecto de forma equitativa. Las acciones fueron desarrolladas por la gerencia del campus y sus subunidades, como la Coordinación Académica (Cordac), la División de Pasantías y Atención al Estudiante (Diest), Sector Transporte (Setran), Programa de Educación Tutorial (PET Indígena) y también, las Prorectorías. de Atención Estudiantil (Proest), Extensión, Cultura y Asuntos Comunitarios (Proex) y Graduación (Prograd). Además de alianzas externas, como líderes indígenas y quilombolas, de la Dirección Regional de Educación (DRE) de Porto Nacional; la Fundación Municipal de la Juventud de Porto Nacional; y la Coordinación Local de la Fundación Nacional del Indio (Funai) de Tocantínia. En este artículo presentamos un relato de experiencia, a través del análisis de los indicadores propuestos de algunas de las acciones, entre las siete dimensiones de su acción: acogida, vivienda, alimentación, transporte, inclusión social, apoyo psicosocial y apoyo pedagógico. El proyecto piloto tuvo éxito en acciones iniciales, como orientación, vivienda y alimentación. Para próximas ediciones del proyecto se pretende ampliar la acogida, mejorar el flujo de información y recursos, y aumentar la implicación de la comunidad académica del campus para asegurar su continuidad y su éxito.

Palabras clave: Asistencia Estudiantil; Permanencia en la Educación Superior; Pueblos Indígenas; Comunidades Quilombolas; Políticas Públicas.

Recebido em: 03 de setembro de 2024

Aceito em: 25 de 10 de 2024

Introdução

As ações afirmativas no ensino superior brasileiro têm desempenhado um papel crucial na promoção da inclusão social e educacional de grupos historicamente marginalizados, como indígenas e quilombolas. A Lei de Cotas (Lei N° 12.711/2012), que dispõe sobre o ingresso nas universidades

federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, é um marco significativo nesse contexto, reservando uma proporção mínima de 50% das vagas em instituições federais de ensino superior para estudantes de escolas públicas, incluindo autodeclarados pretos, pardos e indígenas. Essas políticas visam garantir o acesso e a permanência desses estudantes na universidade, reconhecendo a importância de um ambiente educacional diversificado e inclusivo para o desenvolvimento acadêmico e social do país (Feldmann, Libório, 2023).

Além das cotas, a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), anteriormente executada pelo Decreto nº 7234/2010 (Brasil, 2010) e, agora, instituída pela Lei nº 14.914/2024 (Brasil, 2024), tem sido fundamental para apoiar a permanência de todos os estudantes, e principalmente, de indígenas e quilombolas no ensino superior. Programas como a Bolsa Permanência (PBP), do Ministério da Educação (MEC), oferecem suporte financeiro para cobrir despesas básicas, permitindo que esses estudantes se dediquem integralmente aos estudos. Essas iniciativas são essenciais para reduzir as desigualdades e promover a justiça social, garantindo que todos tenham a oportunidade de alcançar o sucesso acadêmico e profissional, tal qual a Lei de Cotas outrora os fez ingressar no ensino superior.

Diversas são as pesquisas que reforçam os impactos positivos na promoção de políticas de ações afirmativas para garantir o acesso, a permanência e o sucesso educacional de estudantes indígenas no ensino superior, como o de Lima (2018), publicado na revista “Horizontes Antropológicos”, que apresenta um relato detalhado sobre a implementação de ações afirmativas para povos indígenas no ensino superior no Brasil, especialmente na primeira década do século XXI.

Ainda se discute, apesar dos diversos avanços, a necessidade das ações afirmativas como garantia de inclusão de povos indígenas e demais povos tradicionais no ensino superior, principalmente por meio de condições materiais e simbólicas, que os permitirá enfrentar os desafios e desenvolver estratégias para lidar com a nova experiência de vida na trajetória acadêmica. E dessa forma, articular este espaço de novos conhecimentos com seus territórios, para amplo debate da sociedade, em uma abordagem integrada e contínua para garantir a inclusão e o sucesso destes estudantes, principalmente, indígenas no ensino superior (Lima, 2018).

Fica claro quando os estudantes indígenas e quilombolas presentes no câmpus de Porto Nacional da Universidade Federal do Tocantins (UFT), ocupam a universidade, desde 2016, com suas agendas de lutas por uma melhor permanência estudantil no ensino superior e provocam mudanças nas normas e formas de atendimentos aos estudantes que pedem sempre pela desburocratização, melhores condições materiais e simbólicas e a democratização do ensino superior e a inclusão social.

Eles mostram o seu território: o Tocantins possui 20.023 indígenas, representando 1,32% da população total do estado, distribuída em nove etnias: Karajá, Xambioá, Javaé, Xerente, Apinajé, Krahô, Krahô-Kanela, Avá-Canoeiro e Pankararu, concentrados, principalmente nas cidades de Tocantínia, Goiatins e Tocantinópolis. Já Mateiros e Arraias são os municípios que abrigam a maioria da população quilombola, 12.881 cidadãos (IBGE, 2022).

Por isso, no segundo semestre de 2022, de forma pioneira, a gestão do câmpus idealizou e construiu, junto à comunidade acadêmica, um projeto piloto de acolhimento e permanência de estudantes indígenas e quilombolas, a partir de programas instituídos pela UFT, como os elencados nas Resoluções Consuni nº 26/2017 e nº 48/2021, que visam atender aos estudantes público-alvo do projeto de forma equitativa. Mas ampliando seu escopo de alcance, funcionamento e orçamento para além do PNAES, a partir de sete dimensões de atuação: acolhimento, moradia, alimentação, transporte, inclusão social, apoio psicossocial e apoio pedagógico.

As ações foram desenvolvidas pela direção do câmpus e suas subunidades, como a Coordenação Acadêmica (Cordac), a Divisão de Estágio e Assistência Estudantil (Diest), Setor de Transporte (Setran), Programa de Educação Tutorial (PET Indígena) e ainda, as Pró-Reitorias de Assistência Estudantil (Proest), Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários (Proex) e Graduação (Prograd). Além de parcerias externas, como lideranças indígenas e quilombolas, da Diretoria Regional de Ensino (DRE) de Porto Nacional; da Fundação Municipal da Juventude de Porto Nacional; e da Coordenação Local da Fundação Nacional do Índio (Funai) de Tocantínia.

Neste artigo, apresenta-se o relatório de execução do projeto piloto no ano de 2023, por meio do relato de experiência, “um tipo de produção de conhecimento, cujo texto trata de uma vivência acadêmica e/ou profissional em um dos pilares da formação universitária (ensino, pesquisa e extensão), cuja característica principal é a descrição da intervenção” (Mussi, Flores, Almeida, 2021). Aqui, a descrição referenciada utiliza como instrumentos e critérios de análise as metas e indicadores definidos para observar o alcance das ações.

O projeto piloto obteve sucesso nas ações iniciais, como orientação, moradia e alimentação. Para futuras edições, visa ampliar o acolhimento, melhorar o fluxo de informações e recursos, e aumentar o envolvimento da comunidade acadêmica do câmpus para garantir continuidade e sucesso.

Ações Afirmativas e Política de Assistência Estudantil na UFT

Em 2022, o câmpus de Porto Nacional da Universidade Federal do Tocantins (UFT) recebeu 14 estudantes quilombolas e 27 estudantes indígenas (Quadro 1). Estes números são

motivadores para pensar, neste projeto, o acolhimento e a permanência dos estudantes indígenas e quilombolas no câmpus, e propor ações que atendam às demandas desse público no que tange sua entrada, integração e permanência na universidade. Cabe ressaltar que estes estudantes são moradores da Casa do Estudante e usuários do Restaurante Universitário que são dois dos principais programas que visam contribuir com a permanência de estudantes.

Quadro 1: Alunos ingressantes por cotas indígenas e quilombolas

Ano/ Semestre	Indígenas	Quilombolas	Total
2020/1	5	23	28
2020/2	2	8	10
2021/1	2	11	13
2021/2	-	-	0
2022/1	12	9	21
2022/2	15	6	21
2023/1	12	10	22
2023/2	6	3	9

Fonte: SIE, 2024

O Plano de Desenvolvimento Institucional da UFT 2021-2025 (PDI UFT 2021-2025), “um documento norteador e integrador das ações de todas as unidades gestoras da universidade, com base nos preceitos da governança, gestão de riscos e desenvolvimento sustentável, com o objetivo de assegurar o cumprimento da missão institucional”, apresenta 5 desafios nos próximos anos, a saber: Desafio 1 – Educação inovadora com excelência acadêmica; Desafio 2 – Inclusão social; Desafio 3 – Inovação, transferência de tecnologia e empreendedorismo; Desafio 4 – Reconhecimento social; e Desafio 5 – Mecanismos de governança pública.

Para cada desafio exposto no PDI, propôs-se objetivos estratégicos, bem como seus indicadores. Norteia esse projeto piloto o Desafio 2: Inclusão social, mais especificamente em seus objetivos estratégicos: “2.3 Oportunizar o ingresso, a permanência e a conclusão de alunos com vulnerabilidade socioeconômica e de estudantes indígenas e quilombolas” e “2.4 Consolidar políticas de assistência estudantil” (PDI UFT 2021-2025).

Tais objetivos estão contemplados na Política de Assistência Estudantil da UFT, instituída pela Resolução nº 26/2017, que traz como princípios:

- I. assistência estudantil como direito social do estudante e dever do Estado;
- II. igualdade de condições de permanência dos estudantes no exercício das atividades acadêmicas e no atendimento, sem discriminação de qualquer natureza;
- III. qualidade dos serviços prestados visando contribuir para uma formação que habilite o estudante ao pleno exercício de sua cidadania;
- IV. ampla divulgação das ações, serviços, programas e projetos assistenciais e acadêmicos;
- V. transparência na execução dos recursos, programas, ações, projetos e nos critérios de participação dos estudantes;
- VI. empenho na eliminação de todas as formas de preconceito e discriminação, incentivando o respeito à diversidade.

As ações afirmativas se definem como políticas públicas e privadas voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física. Na sua compreensão, a igualdade deixa de ser simplesmente um princípio jurídico a ser respeitado por todos, e passa a ser um objetivo constitucional a ser alcançado pelo Estado e pela sociedade (Gomes; Silva, 2001).

No âmbito da educação, uma das formas de materialização das ações afirmativas é a reserva de vagas/cotas (Lei nº 12.711/2012), que responde à demanda de ingresso de estudantes de escola pública e/ou autodeclarados afrodescendentes (Santos; Souza; Sasaki, 2013). Além deste regramento nacional, são exemplos de Ações afirmativas (AF) na UFT o Programa Política de Cotas que fixa um percentual de 5% das vagas nos cursos de graduação reservando aos indígenas acesso aos cursos de graduação da UFT e a destinação de 5% (cinco por cento) do total das vagas em todos os cursos de graduação aos estudantes quilombolas.

O objetivo é ampliar o acesso de grupos sub-representações no ensino superior em todos os cursos de graduação da UFT, além do monitoramento, acompanhamento e avaliação da implementação das ações, contribuindo para o desenvolvimento de programas, projetos e pesquisas desenvolvidos pela comunidade acadêmica, pautados em ações que fortaleçam as AF no âmbito da Instituição.

O PNAES, instituído pelo Decreto nº 7234/2010, tem como finalidade a ampliação das condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal. De forma articulada ao ensino, pesquisa e extensão, o público-alvo do programa são os estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial, a partir de ações nas seguintes áreas: moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. A prioridade é o atendimento aos estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar

per capita de até um salário-mínimo e meio, além de requisitos fixados pelas instituições de educação superior federal (Brasil, 2010).

Para Finatti et al. (2007, p.248), “para que o aluno possa desenvolver-se em sua plenitude acadêmica, é necessário associar, à qualidade do ensino ministrado, uma política efetiva de assistência”. Política esta que a UFT estabelece tanto na Resolução Consuni nº 26/2017 e nº 48/2021, com ações nas diversas áreas apontadas pelo PNAES e considerando a realidade socioeconômica dos estudantes.

Os programas de assistência aos estudantes se tornaram mecanismos e instrumentos para democratização do ensino superior, possibilitando acesso, permanência e viabilidade para conclusão da formação universitária. Principalmente, porque os índices de desigualdades sociais no Brasil são expressivos e os impactos socioeconômicos influenciam a permanência dos estudantes na universidade.

A Política de Assistência Estudantil e Formação Acadêmica da UFT tem os seguintes objetivos, elencados em seu Art 3º:

- I - viabilizar a permanência dos estudantes até a conclusão do curso, com qualidade, na perspectiva da formação ampliada, da produção do conhecimento, da melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida, buscando reduzir os índices de retenção e evasão motivados por fatores socioeconômicos;
- II - contribuir para minimizar os efeitos das desigualdades socioeconômicas entre os estudantes;
- III - viabilizar, de forma democrática e transparente, o acesso dos estudantes aos programas, serviços e ações assistenciais e acadêmicas;
- IV - promover a inclusão, a permanência e a diplomação dos estudantes, desde o ingresso até a conclusão do curso, na perspectiva da democratização da educação superior.

Por fim, como estratégias de promoção de igualdade e oportunidades, este projeto, centrado no atendimento aos estudantes indígenas e quilombolas, busca dar condições de igualdade no acesso também à política de assistência estudantil da universidade, garantindo permanência e conclusão de curso com sucesso. No entanto, para acesso pleno a estes programas, é preciso estar inscrito e deferido no Programa de Indicadores Sociais (PISO), um estudo socioeconômico realizado por assistentes sociais, em que os estudantes apresentam dificuldades na organização de suas documentações e informações familiares.

Porta de entrada à política, o Piso é necessário à instituição, uma vez que permite conhecimento do público estudantil, mas por considerar o grau de dificuldade diferenciado entre os estudantes e, principalmente, entre indígenas e quilombolas, este projeto prevê ações que busquem minimizar tal desafio e garantir o pleno acesso aos direitos estudantis de permanência na UFT.

Experiência e avaliação do Projeto Piloto de Apoio à Permanência de Estudantes Indígenas e Quilombolas no Câmpus de Porto Nacional da UFT

Frente aos desafios delineados em todas as demandas apresentadas pelos estudantes, os mais significativos foram postos pelos estudantes indígenas. Por isso, a atenção foi garantida muito mais a eles durante o ano de 2023. Assim, apesar do atendimento conferido ao estudante quilombola, a experiência a ser apresentada neste relato será muito mais direcionada ao estudante indígena.

Na dimensão de acolhimento os melhores resultados foram obtidos, não pelos números em metas estipuladas no projeto, mas pelo contato direto com as comunidades em seus territórios: seja nas visitas às escolas dos povos, para divulgar a universidade e seu vestibular, promovendo o acesso ao ensino superior, como nos locais onde, em seus territórios, se oferece o apoio na matrícula, uma espécie de secretaria acadêmica itinerante. A universidade saiu do espaço do câmpus, em Porto Nacional, e foi à Aldeia Coqueiro, na TI Xerente, para realizar matrícula dos candidatos aprovados no vestibular e fazer seu acolhimento como calouros, apresentando seu novo espaço de desenvolvimento humano e profissional.

Figura 1 e 2: Atividade de divulgação da UFT e acolhimento nos territórios



Fonte: Diest, 2024

Na primeira visita estiveram presentes o Reitor e o Pró-Reitor de Assistência Estudantil que ouviram dos estudantes, professores e egressos indígenas as dificuldades enfrentadas e seus anseios sobre tornarem-se estudantes da UFT. A principal dificuldade foi justamente o ato de matrícula: a leitura do edital, a preparação da documentação em formato digital e o sistema de matrícula todo informatizado tornou-se um entrave, que foi facilitado pela presença da secretaria acadêmica no território.

Figura 3 e 4: Atividade de divulgação da UFT e acolhimento nos territórios



Fonte: Diest, 2024

A mesma dificuldade foi apresentada para o Piso, na Dimensão do Apoio Psicossocial. Para esta dificuldade, após a realização da matrícula, houve orientação sobre os programas de assistência estudantil da UFT e a Bolsa Permanência MEC. De acordo com os indicadores, no ano de 2022, dos 42 estudantes indígenas e quilombolas matriculados, 15 inscreveram-se no Piso e foram deferidos nos 30 dias iniciais dos cursos; em 2023, dos 30 estudantes indígenas e quilombolas matriculados, 14 inscreveram-se no Piso e foram deferidos nos 30 dias iniciais dos cursos. No semestre 2023/2, todos os calouros foram contemplados com auxílios da UFT, já que não havia recurso suficiente para acesso à Bolsa Permanência MEC.

Ainda sobre a dimensão do acolhimento, o câmpus realiza uma programação de recepção aos ingressantes e garante aos estudantes indígenas e quilombolas espaço para que eles mesmos organizem ações que reflitam e destaquem sua presença na universidade, por meio do Programa de Integração dos Discentes Ingressantes (PIDI). No semestre 2023/1, a comissão PIDI, a direção do câmpus e o movimento estudantil realizaram o evento “Pela reconstrução do ensino público de qualidade no Brasil!”, com a roda de conversa “Os indígenas na universidade”, e participação de estudantes indígenas calouros e veteranos e professores. No semestre 2023/2, com a organização do PET Indígena, realizou-se a recepção aos calouros indígenas, intitulada Calourada indígena, com a apresentação da direção do câmpus, DIEST, CECLLA e coordenações de curso.

Na dimensão de moradia, o câmpus de Porto Nacional, apesar da Política de Assistência Estudantil exigir o deferimento do Piso como requisito para ingresso na Casa do Estudante, estabeleceu o pertencimento étnico, em seu projeto piloto, como acesso. O estudante pode permanecer em caráter emergencial por 30 dias, para regularizar-se. E assim, promoveu-se a permanência e não se identificou evasão de nenhum dos calouros por falta de moradia. O ano de 2023 encerrou com a ocupação de 66 vagas, do total de 80 disponíveis na moradia. Destes, 48 moradores são indígenas e cinco são quilombolas. Apenas 2 estudantes indígenas em organização de documentação continuam em acolhimento temporário em razão da disponibilidade de vagas na Casa e nenhuma procura pelo público-alvo por meio de editais ou demanda espontânea.

Estes moradores indígenas e quilombolas são membros da diretoria de moradores, escolhidos em assembleia por seus pares. A última diretoria é composta pelos seguintes membros: dos três cargos para coordenação geral, dois são ocupados por estudantes indígenas; das duas vagas para a coordenação de patrimônio, um indígena é representante; a secretaria é composta apenas por dois estudantes indígenas, total de vaga para tal cargo; e a coordenação de limpeza é coordenada por um estudante indígena, composta por mais dois moradores. A Comissão de Apoio Institucional à Casa do Estudante de Porto Nacional tem, para as três cadeiras de representação estudantil, a ocupação de estudantes indígenas.

Da mesma forma acontece com a dimensão da alimentação. Neste quesito, apresentada demanda quanto à alimentação dos estudantes indígenas e quilombolas e suas dificuldades de acesso à inscrição no Piso em menos de 30 dias após início do curso, a Proest inaugurou nova política, garantindo isenção de cotistas, indígenas e quilombolas no RU da UFT, um impacto importante do projeto não apenas no câmpus, mas em toda a comunidade acadêmica.

Outra dimensão para garantir permanência foi o transporte. Para contribuir com a permanência dos estudantes indígenas e quilombolas no câmpus, esta ação deu suporte ao transporte mensal destes para retorno à sua origem, como estratégia de adaptação à vivência acadêmica. Um aspecto conhecido do encontro entre os saberes que marcam os povos indígenas e quilombolas e o ambiente acadêmico, onde predomina o paradigma da racionalidade científica, é a dissonância e até mesmo o choque entre concepções de mundo. A manutenção do vínculo com a comunidade de origem, portanto, contribui para o processo de mediação entre mundos, evitando o rompimento abrupto com referências fundamentais para a estruturação da vida dos estudantes.

Viagens mensais foram realizadas à Tocantínia, cidade que possui maior número de estudantes moradores da Casa do Estudantes, discentes indígenas do povo Xerente, no trecho Porto Nacional/Tocantínia/Porto Nacional. No semestre 2023/1, foi realizada apenas uma viagem por adaptação do projeto à realidade dos estudantes. No segundo semestre, em todos os meses foram realizadas uma a duas viagens para a cidade de Tocantínia, de onde os estudantes seguiam para suas aldeias de residência.

Além do transporte mensal, também houve o transporte para familiares dos estudantes formandos participarem da solenidade de formatura. Após a permanência do estudante indígena e quilombola e a conclusão de seu curso, esta ação se propôs a contribuir para a participação dos familiares dos estudantes indígenas e quilombolas no momento mais aguardado: a colação de grau. Esta é uma atividade de grande importância para a instituição, quando todo o recurso investido no estudante tem seu objetivo alcançado. A participação dos familiares indígenas e quilombolas ajuda

na divulgação das solenidades de colação de grau que sejam engrandecidas em valores humanísticos, promovendo assim a divulgação da instituição. No semestre 2023/1, três estudantes indígenas concluíram seus cursos. Destes, dois colaram grau em gabinete e um participou da solenidade de colação de grau. Viabilizou-se a participação de sua família, conforme ação, com o trajeto: aldeia de origem/Porto Nacional/aldeia de origem.

Na dimensão inclusão digital, foram considerados três focos de atenção: aquisição de equipamento, letramento digital e monitoria para acompanhamento do uso de equipamento para realização das atividades acadêmicas. O letramento digital é ferramenta importante na permanência dos estudantes, dada a necessidade de uso de recursos tecnológicos para cumprimento de bom desempenho acadêmico, bem como ter acesso à política de assistência estudantil.

Considerando as atividades de formação para geração de emprego e renda ofertadas pela Fundação Municipal de Juventude, a Diest firmou parceria com esta entidade para oferta de uma turma de informática básica aos estudantes indígenas e quilombolas, capacitando-os para o uso de recursos tecnológicos, principalmente nos aplicativos mais utilizados para realização de atividades acadêmicas. A Fundação garantiu um instrutor de informática para ministrar o curso de 120h, a ser realizado no semestre 2023/2, que recebeu inscrição de 20 estudantes (13 indígenas e sete quilombolas), dos quais quatro indígenas apenas eram ingressantes do semestre 2023/2. No entanto, foram realizadas apenas 20 horas do total da carga horária em razão da desistência do instrutor indicado e da não contratação por falta de profissional disponível pela Fundação. A Diest também mobilizou parceria com o Curso de Sistema de Informação do Câmpus de Porto Nacional, do Instituto Federal do Tocantins, mas os horários eram incompatíveis entre instrutores e estudantes.

Entendendo a importância do letramento digital ofertado aos estudantes indígenas e quilombolas, seja em sua capacitação, seja no acesso a equipamentos, destaca-se a igual necessidade de acompanhamento, por seus próprios pares, no entrosamento com os recursos tecnológicos.

Dessa forma, por meio do Projeto Integrado de Permanência de Estudante Indígena e Quilombola (PIQUI) - Ação de Inclusão Digital, dois monitores foram aprovados via seleção pública no câmpus de Porto Nacional para aumentar a inclusão digital oferecida e melhorar o desempenho acadêmico desses estudantes.

Por fim, na dimensão do apoio pedagógico, foram realizadas orientações pedagógicas em duas vertentes: uma, de forma coletiva, por meio de oficinas diversas de orientação pedagógica: a) organização da vida estudantil no nível superior; b) práticas de estudos; c) apresentações orais acadêmicas e a arte da boa comunicação; d) leitura e produção de texto. E a outra, em atendimentos individuais, destinados ao conhecimento da relação pedagógica do estudante com sua aprendizagem,

favorecendo o desenvolvimento da autonomia nesse processo. No entanto, em relação às oficinas e o atendimento individual e/ou em grupo, a participação dos indígenas e quilombolas ingressantes foi ínfima, sem possibilidade de estabelecer quantificação em relação à evasão escolar, à retenção e ao aumento do rendimento acadêmico.

Abaixo são apresentadas em quadro resumo (Quadro 2) todas as ações realizadas em cada dimensão, bem como as metas e indicadores previstos e alcançados.

Quadro 2: Resumo das dimensões, ações, metas, indicadores e resultados alcançados do Projeto Piloto 2023

DIMENSÃO/AÇÃO	METAS E INDICADORES PREVISTOS	METAS E INDICADORES ALCANÇADOS
1. ACOLHIMENTO 1.1 UFT nas escolas dos povos tradicionais	Metas: - Duas viagens por semestre - Duas escolas visitadas por semestre - 50% de aumento do número de estudantes indígenas e quilombolas ingressantes Indicadores: número de estudantes indígenas e quilombolas ingressantes nos cursos de graduação do campus por semestre	Metas alcançadas: - Quatro viagens no semestre 2023/1 - Sete escolas visitadas no semestre 2023/1 Indicadores alcançados: - não foi possível mensurar até a redação deste relatório em razão do período de matrícula estar em vigência.
1. ACOLHIMENTO 1.2 Acolhimento de Calouros dos povos originário	Metas: - Uma viagem por semestre - 100% de estudantes indígenas e quilombolas selecionados nos processos seletivos para ingresso nos cursos de Graduação da UFT matriculados Indicadores: - número de estudantes indígenas e quilombolas ingressantes nos cursos de graduação do campus por semestre	Metas alcançadas: - Uma viagem por semestre, pois não houve candidatos nas demais chamadas do Vestibular - 100% de estudantes indígenas e quilombolas selecionados nos processos seletivos para ingresso nos cursos de Graduação da UFT matriculados Indicadores alcançados: Em 2022, ingressaram 42 estudantes indígenas e quilombolas Em 2023, ingressaram 30 estudantes indígenas e quilombolas
1. ACOLHIMENTO 1.3 Orientação sobre programas de assistência estudantil na UFT	Metas: - Redução de 50% nos problemas com falta de documentação para a inserção no Cubo - Uma viagem por semestre (2023/1 e 2023/2) - Diminuição de 50% no tempo de aprovação no Piso por parte dos estudantes	Metas alcançadas: - Redução de 64% os problemas de falta de documentação para inserção no Cubo - Uma viagem por semestre realizada - Diminuição de 70% no tempo de aprovação no Piso por parte dos estudantes

	<p>Indicadores:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Número de estudantes indígenas e quilombolas ingressantes nos cursos de graduação do câmpus que realizarem a inscrição no Piso nos 30 dias iniciais dos cursos 	<p>Indicadores:</p> <ul style="list-style-type: none"> - No ano de 2022, dos 42 estudantes indígenas e quilombolas matriculados, 15, realizaram suas inscrições no Piso e foram deferidos nos 30 dias iniciais dos cursos No ano de 2023, dos 30 estudantes indígenas e quilombolas matriculados, 14 realizaram suas inscrições no Piso e foram deferidos nos 30 dias iniciais dos cursos
<p>1. ACOLHIMENTO</p> <p>1.4 Atividade específica para estudantes indígenas e quilombolas na programação do PIDI</p>	<p>Metas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - redução em 50% a evasão escolar no grupo de estudantes indígenas e quilombolas <p>Indicadores:</p> <ul style="list-style-type: none"> - percentual de estudantes indígenas e quilombolas que permaneceram matriculados e cursando 	<p>Metas alcançadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - não houve evasão de estudantes indígenas e quilombolas no ano de 2023 <p>Indicadores alcançados:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 100% dos estudantes indígenas e quilombolas permanecem matriculados e cursando
<p>2. MORADIA - CASA DO ESTUDANTE</p>	<p>Metas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - reduzir em 50% a evasão escolar <p>Indicadores:</p> <ul style="list-style-type: none"> - percentual de estudantes indígenas e quilombolas residentes oficiais na casa do estudante 	<p>Metas alcançadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - não houve evasão de estudantes indígenas e quilombolas no ano de 2023 <p>Indicadores Alcançados:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 66,25% dos residentes oficiais são estudantes indígenas e quilombolas
<p>3. ALIMENTAÇÃO - RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO</p>	<p>Metas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - atender 100% da necessidade de alimentação básica do estudante indígena e quilombola ingressante, ainda que sem inscrição no Piso. - reduzir em 50% a evasão escolar <p>Indicadores:</p> <ul style="list-style-type: none"> - total de estudantes atendidos pelo programa - percentual de estudantes indígenas e quilombolas que permaneceram matriculados e cursando os cursos de graduação 	<ul style="list-style-type: none"> - A UFT alterou sua política de atendimento no RU após a implantação do Projeto Piloto, garantindo isenção ao estudante, ainda que sem inscrição no Piso, inutilizando essa ação O recurso foi revertido para o uso em alimentação para indígenas e quilombolas da comunidade externa que participaram de eventos e outras ações em que foram público-alvo ofertados pelo câmpus
<p>4. TRANSPORTE</p> <p>4.1 Transporte para o município de Tocantínia</p>	<p>Meta:</p> <ul style="list-style-type: none"> - reduzir em 50% a evasão escolar <p>Indicador:</p> <ul style="list-style-type: none"> - percentual de estudantes indígenas e quilombolas que permaneceram matriculados e cursando 	<p>Meta alcançada:</p> <ul style="list-style-type: none"> - não houve evasão de estudantes indígenas e quilombolas no ano de 2023 <p>Indicador alcançado:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 88% dos estudantes indígenas e quilombolas que permaneceram matriculados e cursando

<p>4. TRANSPORTE</p> <p>4.2 Transporte para familiares participarem da solenidade de formatura</p>	<p>Metas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 100% de aumento na divulgação das colações de grau - Duas viagens por semestre <p>Indicadores:</p> <ul style="list-style-type: none"> - repercussão midiática das solenidades - total de familiares participantes das solenidades 	<p>Metas alcançadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Não há como mensurar o aumento na divulgação das colações de grau neste primeiro ano de execução do projeto - Uma viagem realizada em um semestre de 2023/1 <p>Previsão de colação de grau para 2023/2: 2 quilombolas, a ser executado em março de 2024</p> <p>Indicadores alcançados:</p> <ul style="list-style-type: none"> - não há como mensurar o aumento na divulgação das colações de grau neste primeiro ano de execução do projeto - total de familiares participantes das solenidades: 10 integrantes da família de 1 estudante indígena
<p>5. INCLUSÃO DIGITAL</p> <p>Programa Inclusão Digital direcionado ao estudante indígena e quilombola</p>	<p>Meta:</p> <ul style="list-style-type: none"> - R\$ 100.000,00 para execução de edital para compra de equipamento, via edital da Proest <p>Indicador:</p> <ul style="list-style-type: none"> - atender 50% dos estudantes indígenas e quilombolas com recursos tecnológicos necessários a seu bom desempenho acadêmico 	<ul style="list-style-type: none"> - não foi possível sua realização por indisponibilidade orçamentária.
<p>5. INCLUSÃO DIGITAL</p> <p>Letramento Digital a estudantes indígenas e quilombolas</p>	<p>Meta:</p> <ul style="list-style-type: none"> - oferta do curso a 50% dos ingressantes <p>Indicador:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Quantidade de participantes no curso 	<p>Meta alcançada:</p> <ul style="list-style-type: none"> - oferta do curso a 50% dos ingressantes <p>Indicador:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 20 estudantes indígenas e quilombolas (13 indígenas e 7 quilombolas)
<p>5. INCLUSÃO DIGITAL</p> <p>Monitor de Inclusão Digital a estudantes indígenas e quilombolas</p>	<p>Meta:</p> <ul style="list-style-type: none"> - atender 50% dos estudantes indígenas e quilombolas no auxílio ao uso de recursos tecnológicos necessários a seu bom desempenho acadêmico <p>Indicador:</p> <ul style="list-style-type: none"> - avaliação das ações de inclusão digital 	<p>Metas alcançadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - apesar dos monitores estarem à disposição em dias e horários estabelecidos, a procura dos indígenas e quilombolas foi praticamente inexistente <p>- houve o empenho, esforço e realização da ação, no entanto, não houve a adesão dos estudantes indígenas e quilombolas conforme esperado</p>
<p>6. APOIO PSICO-SOCIAL</p> <p>Oficina para inscrição no Programa de Indicadores Sociais (Piso)</p>	<p>Metas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 50% de diminuição no número de vezes que os estudantes solicitam inscrição Piso no Cubo 	<p>Metas alcançadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 100% de diminuição no número de vezes que os estudantes solicitaram inscrição no Piso no Cubo, após participação na oficina

	<p>Indicadores:</p> <ul style="list-style-type: none"> - total de deferimentos no Piso realizados em primeiro envio de documentos no Cubo 	<p>Indicadores alcançados:</p> <ul style="list-style-type: none"> - em 2022, os estudantes foram deferidos após a segunda ou terceira inscrição - em 2023, os todos os estudantes participantes da oficina foram deferidos na primeira inscrição
<p>6. APOIO PSICO-SOCIAL Saúde Mental Indígena e Quilombola</p>	<p>Metas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - não há dados para comparação. <p>Indicadores:</p> <ul style="list-style-type: none"> - total de estudantes atendidos pelo programa 	<ul style="list-style-type: none"> - em razão do afastamento para capacitação da psicóloga do setor de assistência estudantil, esta ação foi suspensa
<p>7. APOIO PEDAGÓGICO Estabelecimento de um programa de inovação pedagógica exclusivo para indígenas e quilombolas</p>	<p>Metas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 50% de redução da evasão escolar - 50% de redução de retenção - 50% de aumento no rendimento acadêmico dos estudantes atendidos - 50% de aumento de envolvimento do curso de graduação <p>Indicadores:</p> <ul style="list-style-type: none"> - percentual de estudantes indígenas e quilombolas que permaneceram matriculados e cursando - percentual de estudantes que estão cursando o tempo regulamentar do curso - percentual de estudantes com coeficiente maior que 7 	<ul style="list-style-type: none"> - não executada pela ausência do avanço da proposta entre Prograd e câmpus
<p>7. APOIO PEDAGÓGICO Orientação Pedagógica</p>	<p>Metas:</p> <ul style="list-style-type: none"> -50% de redução da evasão escolar -50% de redução de retenção -50% de aumento no rendimento acadêmico dos estudantes atendidos <p>Indicadores:</p> <ul style="list-style-type: none"> - percentual de estudantes indígenas e quilombolas que permaneceram matriculados e cursando - percentual de estudantes que estão cursando o tempo regulamentar do curso - percentual de estudantes com coeficiente maior que 7 	<p>Metas alcançadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - em relação às oficinas e o atendimento individual e/ou em grupo, a participação dos indígenas e quilombolas ingressantes foi ínfima, sem possibilidade de estabelecer quantificação em relação à evasão escolar, à retenção e ao aumento do rendimento acadêmico <p>Indicadores alcançados:</p> <ul style="list-style-type: none"> - pelo quantitativo baixo de participação do público-alvo, não é possível mensurar estes indicadores
<p>7. APOIO PEDAGÓGICO</p>	<p>Metas:</p> <ul style="list-style-type: none"> -50% de redução da evasão escolar -50% de redução de retenção 	<ul style="list-style-type: none"> -ação sem resultado por ter sido ofertada em demanda espontânea. Não houve

Formação de Grupos de Aprendizagem	<p>-50% de aumento no rendimento acadêmico dos estudantes atendidos</p> <p>Indicadores:</p> <ul style="list-style-type: none"> - percentual de estudantes indígenas e quilombolas que permaneceram matriculados e cursando - percentual de estudantes que estão cursando o tempo regulamentar do curso - percentual de estudantes com coeficiente maior que 7 	manifestação dos estudantes pelo atendimento.
7. APOIO PEDAGÓGICO Projeto Integrado de Permanência de Estudante Indígena e Quilombola (PIQUI)	<p>Meta:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 100% integralização curricular dos estudantes <p>Indicador</p> <ul style="list-style-type: none"> - total de estudantes atendidos pelo programa que concluíram no tempo programado 	- de acordo com a Proest, não houve estudante que cumpriu os requisitos para atendimento pelo programa no ano de 2023 no câmpus.

Fonte: Autores, 2024

Verifica-se que as metas e indicadores indicados no projeto em algumas ações foram superadas em mais de 100% (p. ex. 1. ACOLHIMENTO - 1.4 Atividade específica para estudantes indígenas e quilombolas na programação do PIDI) enquanto em outras ações não se avançou, seja por conta de falta de disponibilidade orçamentária (p. ex. 5. INCLUSÃO DIGITAL - Programa Inclusão Digital direcionado ao estudante indígena e quilombolas, apoio institucional (p. ex. 7. APOIO PEDAGÓGICO - Estabelecimento de um programa de inovação pedagógica exclusivo para indígenas e quilombolas) ou adesão (p. ex. 7. APOIO PEDAGÓGICO - Orientação Pedagógica).

Conclusões

Apesar de este projeto piloto não ter estruturado pesquisa de avaliação com equipe executora ou participantes que pudesse sistematizar feedback sobre cada ação realizada ou não, diversas foram as respostas recebidas durante o ano de 2023 sobre ele.

Em sua primeira ação, em março de 2023, na realização do acolhimento de estudantes indígenas calouros no Cemix e na divulgação da instituição no Centro, destacam-se os seguintes impactos, registrados em matéria publicada no site da UFT, como o diálogo entre a UFT e o povo indígena: a primeira vez que o reitor visita a escola e uma comunidade indígena, e a primeira vez que a aldeia recebe um reitor de universidade pública em seu território.

Destaca-se o seguinte trecho da notícia:

“Não esperava, né?”, conta, sorrindo, o diretor do Cemix, Armando Sõpre. “Quando a gente viu, ali, o reitor chegando... Eu não imaginava que, um dia, um reitor da UFT viria aqui no Cemix, na aldeia!”, complementa.

De fato, a ida ao Cemix da aldeia Xerente de Tocantínia é um marco importante para a UFT: esta é a primeira visita de um reitor da instituição a uma aldeia indígena tocantinense. O objetivo foi conhecer mais de perto a realidade da comunidade indígena para melhor atender as suas demandas em relação ao ingresso de alunos indígenas na UFT.

Segundo Bovolato, “a Universidade deseja estar mais próxima dessas comunidades”. Para Sõpre, este primeiro encontro foi bastante positivo. “O Cemix comemora a vinda do reitor e sua equipe da UFT. Isso vai facilitar o intercâmbio, o diálogo entre o Cemix e a UFT, o acesso e permanência de nossos estudantes que estão passando no Vestibular da instituição”, afirma (Scaravonatti, 2023).

A equipe avalia que a apresentação da instituição na comunidade, desde sua estrutura organizacional até as perspectivas de cada profissão, passando pela importância da conclusão do ensino médio para ingresso na UFT, foi uma ação positiva. No diálogo com os presentes, diversas falas trouxeram novas perspectivas a este projeto, como a inclusão de uma nova ação nesta dimensão: a ida semestral da secretaria acadêmica aos territórios de origem dos estudantes indígenas para efetivação de matrícula.

Deste dia também se destaca o bom resultado da orientação sobre a assistência estudantil na UFT no território de seus estudantes, garantindo melhor amplitude da informação, já que, ao comparecer ao atendimento, eles vêm acompanhados de um familiar ou amigo.

Ainda quanto ao acolhimento, a Comissão PIDI, composta por docentes, discentes e técnicos-administrativos, têm ampliado diálogo com os estudantes indígenas e a participação destes como protagonistas nos debates é cada vez mais presente. No entanto, não temos avançado com os estudantes quilombolas, por falta de diálogo com lideranças.

Outro ponto positivo é a estratégia de inclusão dos estudantes indígenas e quilombolas no projeto piloto para alimentação pelos primeiros 30 dias de início de semestre, ampliado para todo o primeiro semestre pela nova política da Proest instituída em 2023. Dessa forma, como o projeto previa recursos para esta ação, que não foi desenvolvida, utilizamos o recurso para atender estudantes convidados das comunidades indígenas e quilombolas, que estiveram em eventos variados no campus. Esta ação é essencial para o desenvolvimento dos eventos que integram a comunidade acadêmica e, portanto, promove a permanência destes estudantes na universidade. Considera-se essencial incluir tal atividade para a próxima versão do projeto.

Com o desenvolvimento do projeto, verificamos pontos positivos e desafios, além de ações que precisam ser revistas tanto em metodologia de execução quanto em objetivo, como elencado abaixo.

Pontos positivos:

- Identidade do câmpus: o projeto piloto foi apresentado em reunião ordinária do Condir em dezembro de 2022 e seus resultados parciais em agosto de 2023. Ficou claro aos seus conselheiros a importância de se reconhecer a identidade indígena e quilombola do câmpus e todas as expressões sociais, culturais e pedagógicas dos povos originários frente às demandas correspondidas nas ações.
- Metas alcançadas: apesar de algumas ações não terem sido executadas, seja por ausência de pessoal suficiente, seja por indisponibilidade orçamentária, em todas as dimensões alcançaram-se metas e indicadores, garantindo bom desempenho acadêmico dos estudantes, redução de evasão e retenção, inclusão nos programas de assistência estudantil, e melhor vivência universitária.

Desafios:

- Dificuldades de diálogo com as lideranças e demais estudantes quilombolas têm reduzido o acesso destes às ações do projeto piloto, tal qual o atendimento aos estudantes indígenas; dificuldade de acesso à informação primária de ações executadas pelas pró-reitorias Proex e Proest. Diversas foram as solicitações via WhatsApp, e-mail, ouvidoria e, no entanto, não foi possível ampliar este relatório por ausência de alguns dados; houve melhoria no fluxo de solicitações para garantir controle de recursos e de atividades realizadas. Indica-se a Diest para centralidade das solicitações; houve envolvimento do corpo docente e discente junto ao setor de assistência estudantil para ampliar o acompanhamento pedagógico; a lotação da Casa do Estudante no semestre 2024/1 alerta para dificuldade de acolhimento para o próximo semestre e a dificuldade de garantia de moradia aos futuros estudantes.

Referências

BRASIL. Decree No. 7,234, of July 19, 2010. Establishes the National Program for Student Assistance (PNAES). *Official Gazette of the Federal Government*, Brasília, DF, July 20, 2010. Section 1, p. 3. Available at: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Accessed on: July 30, 2024.

BRASIL. Law No. 14,914, of July 3, 2024. Establishes the National Policy for Student Assistance (PNAES). *Official Gazette of the Federal Government*, Brasília, DF, July 3, 2024. Available at: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/114149.htm. Accessed on: July 30, 2024.

FELDMANN, M. G.; LIBÓRIO, A. R. S. C. Quilombola students in higher education: affirmative action policies for access and retention. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 121, p. 1–23, Oct./Dec. 2023. Available at: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/vwpZv6TJ3cbjPKrnpzTvdZw/>. Accessed on: September 10, 2023.

FINATTI, B. E.; ALVES, J. de M.; SILVEIRA, R. de J. Socioeconomic and cultural profile of students at the State University of Londrina (UEL): indicators for the implementation of a student assistance policy. *Libertas*, Juiz de Fora, v. 6-7, n. 1-2, p. 246-264, Jan./Dec. 2007. Available at: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18155>. Accessed on: June 2, 2022.

GOMES, J. B. B.; SILVA, F. D. L. L. da. Affirmative actions and mechanisms for promoting effective equality. *International Seminar on Minorities and Law* (2001: Brasília) / Federal Justice Council, Judicial Studies Center; AJUFE; Fundação Pedro Jorge de Mello e Silva; The British Council. Brasília: CJF, 2003. *CEJ Notebooks Series*, v. 24, p. 85-124. Available at: https://bradonegro.com/content/arquivo/11122018_205135.pdf.

IBGE. 2022 Demographic Census: Preliminary Results. Rio de Janeiro: Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), 2022.

MUSSI, R. F. de F.; FLORES, F. F.; ALMEIDA, C. B. de. Foundations for developing experience reports as scientific knowledge. *Revista Práxis Educacional*, Vitória da Conquista, v. 17, n. 48, p. 60-77, Oct. 2021. Available at: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-26792021000500060&lng=pt&nrm=iso. Accessed on: September 1, 2023.

FEDERAL UNIVERSITY OF TOCANTINS. University Council. Resolution No. 26/2017, of October 17, 2017. Regulates the Student Assistance and Academic Training Policy at the Federal University of Tocantins. Palmas: University Council, 2017. Available at: https://docs.uft.edu.br/share/s/8Dl_jx8TSci3suI1ywPvYA. Accessed on: May 30, 2022.

FEDERAL UNIVERSITY OF TOCANTINS. University Council. Resolution No. 38/2021, of April 23, 2021. Establishes the Institutional Development Plan (PDI) of the Federal University of Tocantins, 2021-2025. Palmas: University Council, 2021. Available at: https://docs.uft.edu.br/share/s/l6G29vJbQ1kIp_eqtOvgw. Accessed on: October 11, 2022.

SCARAVONATTI, G. Porto Nacional Campus project visits Xerente school: a pioneering initiative for student integration. *UFT Portal*, 2023. Available at: <https://www.uft.edu.br/noticias/projeto-do-campus-de-porto-nacional-visita-escola-xerente-com-proposta-pioneira-de-acolhimento>. Accessed on: August 31, 2024.

VASCONCELOS, N. B. National Student Assistance Program: An analysis of the historical evolution of student assistance in Brazilian higher education. *Ensino Em-Revista*, Uberlândia, v. 17, n. 2, p. 599-616, Dec. 2010. Available at: <https://seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/11361>. Accessed on: October 23, 2022.